



#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

## TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04/2024 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 2024/07/005600

TERMO DE *COLABORAÇÃO* Nº 04/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPAL DE CONCHAL, E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) ASSOCIACAO DE CARIDADE SAO FRANCISCO DE ASSIS.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONCHAL pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 45.331.188/0001-99, com sede na Rua Francisco Ferreira Alves, n.º 364, Bairro Centro, Conchal SP, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. Luiz Vanderlei Magnusson, brasileiro, casado. portador da Cédula de Identidade RG n.º 14.110.514-8-SSP-SP, residente e domiciliado no município de Conchal — SP, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e a ASSOCIACAO DE CARIDADE SAO FRANCISCO DE ASSIS, pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.904.753/0001-62, com sede na Rua Minas Gerais, nº 230, bairro Parque Industrial, Conchal, estado de São Paulo, CEP 13.835-000, e-mail: saofrancisco2014@gmail.com e telefone: (19) 3866-2207, representada nesse ato por sua Presidente, Maria Cecília Ferreira de Melo inscrita no CPF sob o nº 823.504.188-04, residente e domiciliada, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, nos termos do Processo Administrativo nº 2024/07/005600, em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municípal nº 4.023, de 01 de novembro de 2017, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, da lei orçamentária vigente, bem como as demais normas jurídicas pertinentes celebram o presente Termo de COLABORAÇÃO para a consecução de atividade devidamente descrita no Plano de Trabalho, que é parte integrante do presente instrumento, e mediante as clausulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Termo de COLABORAÇÃO é a transferência de recursos financeiros a título de subvenção social, visando atendimento de crianças e adolescentes dentro do Município, através da execução de Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, conforme detalhado no Plano de Trabalho, anexo a este instrumento.
- 1.2. Os participes se obrigam a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de COLABORAÇÃO, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os participes.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES

- 2.1 São obrigações dos Partícipes:
- 2.1.1. Da administração pública municipal:
  - a) Designar gestores habilitados a controlar e fiscalizar a execução em tempo hábil e de modo eficaz, por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;
  - Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
  - Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
  - d) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de **COLABORAÇÃO**;
  - e) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
  - f) Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
  - g) Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;







#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- h) Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

#### 2.1.2. Da organização da sociedade civil:

- a) Prestar serviços que estão especificados no Plano de Trabalho, constante do Processo Administrativo nº 2024/07/005600, aplicando os recursos unicamente para cobrir as despesas essenciais na prestação de serviços de atendimento de crianças e adolescentes dentro do Município, através da execução de Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos;
- b) Manter escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) Depositar, manter e movimentar os recursos recebidos em decorrência da parceria em conta corrente específica OFICIAIS (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal), observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da associação/fundação e ao adimplemento do Termo de COLABORAÇÃO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- g) Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019/2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- h) Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta as informações sobre a parceria com a administração pública, conforme Lei nº 13.019/2014;
- i) Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos;
- j) Manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação e contas, em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DO GESTOR DA PARCERIA

3.1. Em cumprimento do disposto na alínea "g" do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019/2014 fica designado a servidora **Kelly Cristina Lopes**, Gestora da presente parceria.

#### CLÁUSULA QUARTA DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1. Em cumprimento do disposto na alínea "h" do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019/2014, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria nº **Portaria nº 32.220 de 13 de fevereiro de 2023**, realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria.

#### CLÁUSULA QUINTA DA VIGÊNCIA

- 5.1. O presente Termo de COLABORAÇÃO vigerá a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 23/08/2025, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
- 5.2. A vigência deste COLABORAÇÃO poderá ser prorrogada, mediante termo aditivo, desde que o período total de vigência não exceda 60 (sessenta) meses, por interesse de ambas as partes e autorizada pelo Gestor da presente parceria.

#### CLÁUSULA SEXTA DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. Para a execução do presente Termo de **COLABORAÇÃO**, serão destinados o montante total de recursos de **R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**, nas seguintes condições:

Fontes de Repasses	Valor Mensal	Valor Anual	/
Municipal	R\$ 25.000,00	R\$ 300.000,00	





#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

6.2. As despesas decorrentes deste Termo de COLABORAÇÃO correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

I. 3.3.50.39.01.00.00 (163) (164) - Tesouro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

7.1. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, previsto no Plano de Trabalho.

7.2. O repasse da segunda parcela fica condicionado à apresentação e aprovação da prestação de contas da primeira parcela, o da terceira parcela fica condicionado à apresentação e aprovação da segunda e, assim sucessivamente até a última parcela.

7.3. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica, a seguir especificada, para o recebimento do recurso previsto neste instrumento, sem outra movimentação:

Verba	Valor Global	Banco	Agência	Tipo	Nº Conta Bancária
Recurso Municipal	R\$ 300.000,00	001	1790-6	Conta Corrente	28072-0

7.4. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

7.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

7.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de servicos.

7.7. É obrigatória a aplicação dos recursos, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

7.8. Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de COLABORAÇÃO ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

7.9. A liberação das parcelas ficará retidas nos seguintes casos:

Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

 Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de COLABORAÇÃO;

III. quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

IV. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

#### CLÁUSULA OITAVA DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1 O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão de execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III. valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de COLABORAÇÃO:

V. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

8.2 Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I. Retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou

título que concedeu direitos de uso de tais bens;

1

Rua Francisco Ferreira Alves nº 364 - Centro - Conchal SP - CEP: 13835-015 Telefone (19) 3866-8600





#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

II. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

#### CLÁUSULA NONA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 9.1 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter documentos e formulários, devidamente preenchidos e assinados pelo representante legal da OSC garantindo o cumprimento da Lei 13.019/2014 e Instrução Normativa 01/2020 do TCESP, para fins de fiscalização contábil, financeira, operacional e fechamento do exercício, que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, atendendo a legalidade e a legitimidade.
- 9.2 A Prestação de Contas deverá ser apresentada em duas etapas, Prestação de Contas Mensal e Prestação de Contas Final/Anual:
- 9.2.1. Prestação de Contas Mensal deverá ser apresentada até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao recebimento da parcela de acordo com a Cláusula Sexta deste Termo de COLABORAÇÃO, a exemplo, das seguintes informações e documentos:
- Ofício de Encaminhamento de Prestação de Contas com todos documentos relacionados, e abaixo assinado pelo representante legal da Entidade;
- II. Demonstrativo integral das receitas e despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos e por ordem cronológica do extrato bancário, aplicadas no objeto da parceria.
- III. Cópias de notas fiscais eletrônicas, faturas de locação e recibos de cartórios e despesas com utilidade pública, todos com identificação do número da parceria, juntamente com seus respectivos documentos de pagamento, desde que a despesa esteja prevista no Plano de Trabalho;
- IV. Cópias de holerites e guias de recolhimentos dos encargos no caso de empregados contratados pelo regime CLT, bem como as respectivas certidões que comprovem a regularidade dos recolhimentos; com identificação do número da parceria, juntamente com seus respectivos documentos de pagamento, desde que a despesa esteja prevista no Plano de Trabalho;
- Cópias de notas fiscais eletrônica de serviço, no caso de prestador de serviços, bem como o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), com identificação do número da parceria, juntamente com seus respectivos documentos de pagamento;
- VI. Extrato de Conta corrente e de Aplicação Financeira, de todo o período da movimentação da conta;
- VII. Conciliação Bancária, quando houver;
- VIII. Comprovante do depósito de contrapartida na conta Específica da parceria, caso seja previsto no pactuado, bem como guia de receita do ingresso dos recursos estaduais no erário municipal com suas respectivas justificativas;
- IX. Cópia dos Contratos com o Fornecedor de Material/Equipamento e/ou Prestador de Serviços;
- X. Relatório das atividades desenvolvida no período;
- XI. Relação dos atendidos no período.
- 9.2.2. Prestação de Contas Final/Anual a exemplo, das seguintes informações e documentos:
- Ofício de encaminhamento, relativo às prestações de contas;
- II. Demonstrativo integral das receitas e despesas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do termo de COLABORAÇÃO, conforme modelo contido no Anexo RP -10, das Instruções nº 01/2020, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- III. Publicação do Balanço Patrimonial da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, do exercício encerrado e anterior;
- IV. Cópia dos demonstrativos contábeis e financeiros da beneficiária, com indicação dos valores repassados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e a respectiva conciliação bancária, referente ao exercício em que os valores foram recebidos;
- V. Conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão ou entidade da Administração Pública para movimentação dos recursos do Termo de COLABORAÇÃO, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras;
- VI. Demais demonstrações contábeis e financeiras da OSC, acompanhadas do balancete analítico acumulado do exercício;
- VII. Declaração e Comprovante de devolução dos recursos não aplicados, quando houver;
- VIII. Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade CRC, comprovando a habilitação do profissional responsável por balancos e demonstrações contábeis:
- Relatório anual de execução do objeto do ajuste, contendo as atividades desenvolvidas para o seu cumprimento e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- Declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;

0





#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- XI. Relação dos contratos e respectivos adiiamentos firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela OSC para os fins estabelecidos no termo de COLABORAÇÃO, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento;
- XII. Declaração atualizada da ocorrência ou não de contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- XIII. Na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;
- XIV. Manifestação expressa do Conselho Fiscal ou órgão correspondente do beneficiário sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo órgão público concessor;
- XV. Comprovante do recolhimento saldo da conta bancária específica, quando houver;
- XVI. Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- 9.3 Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
- 9.4 Quando a parceria se encerrar, a organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria.
- 9.5 Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
- 9.6 A Administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
- relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
- II. relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de COLABORAÇÃO.
- 9.7 Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
- os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II. os impactos econômicos ou sociais;
- o grau de satisfação do público-alvo;
- IV. a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
- 9.8 A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019/2014 e nas Instruções 01/2020, devendo avaliá-la, pela:
- REGULAR, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- REGULAR com RESSALVA, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
- III. IRREGULAR, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
  - a) omissão no dever de prestar contas;
  - b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
  - c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
  - d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
- 9.9 Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
- 9.9.1. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
- 9.9.2. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
- 9.10 O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
- 9.11 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DECIMA DAS ALTERAÇÕES E DA EXTINÇÃO DA PARCERIA

10.1 O Gestor Municipal ou o Representante Legal da OSC ASSOCIACAO DE CARIDADE SAO FRANCISCO DE ASSIS, poderá propor a alteração do presente Termo de COLABORAÇÃO ou do plano de trabalho, desde que não haja alteração.

Rua Francisco Ferreira Alves nº 364 – Centro – Conchal SP – CEP: 13835-015 Telefone (19) 3866-8600







#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

de seu objeto, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data de término de sua vigência, da seguinte forma:

- Por termo aditivo à parceria, para:
  - a) ampliação de até 30% (trinta por cento) do valor global;
  - b) redução do valor global, sem limitação de montante;
  - c) prorrogação da vigência, observados os limites de 60 (sessenta) meses; ou
- II. Por Termo de Apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
  - a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;
  - b) ajustes da execução das metas e etapas da parceria no plano de trabalho; ou
  - c) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.
- 10.2 As alterações (termo de COLABORAÇÃO/plano de trabalho) ou prorrogações somente ocorrerá após, solicitação fundamentada por escrito, posterior encaminhar para elaboração de parecer da equipe técnica com a anuência do Conselho Municipal da Assistência Social CMAS e autorização do ordenador de despesas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

- 11.1 Pela execução da parceria em desacordo com este Termo de **COLABORAÇÃO** e/ou com o plano de trabalho, com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
- Advertência;
- II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
- 11.1.1 As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva da **Administração Pública**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
- 11.2 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
- 11.3 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS IRREGULARIDADES

- 12.1 Qualquer irregularidade concernente às cláusulas deste Termo de **COLABORAÇÃO** será oficiada ao Gestor Municipal e ao **Conselho Municipal da Assistência Social CMAS**, o Ordenador da Despesa que deliberará quanto à implicação de suspensão e demais providências cabíveis, nos seguintes casos:
- 12.1.1. Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- 12.1.2. Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação a obrigações estabelecidas no Termo de COLABORAÇÃO;
- 12.1.3. Quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS BENS REMANESCENTES

- 13.1 Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
- 13.2 Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de COLABORAÇÃO.
- 13.3 Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com clausula de inalienabilidade, devendo a organização de a sociedade civil formalizar promessa de transferência a outra organização da sociedade civil congênere comprovadamente registrada no respectivo Conselho Municipal de políticas públicas e em pleno funcionamento, na hipótese de sua extinção.









#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA PUBLICIDADE

- 14.1 A eficácia do presente Termo de COLABORAÇÃO ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município.
- 14.2 Deverá ser publicado no site da organização da sociedade civil das informações sobre a parceria de acordo com as solicitações pela administração pública.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições: 15 1

- As comunicações relativas a este Termo de COLABORAÇÃO serão remetidas por e-mail ou correspondência e serão consideradas regularmente efetuadas guando comprovado o recebimento;
- As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter 11. implicações neste Termo de COLABORAÇÃO, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO

- 16.1 Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o Foro da Comarca de Conchal, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
- E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do 16.2 presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Conchal, 22 de agosto de 2.024.

LUIZ VANDERLEI ASSINADO DE FORMA DE LUIZ VANDERLEI MAGNUSSON MAGNUSSON

Dados: 2024.08.22 15:03:34 -03'00 2024.002.21005

LUIZ VANDERLEI MAGNUSSON **Prefeito Municipal** 

ASSOCIACAO DE CARIDADE SAO FRANCISCO DE ASSIS

Maria Cecília Ferreira de Melo Presidente

lo.

KELLY CRISTINA LOPES

Diretora do Depto de Assistência e Promoção Social

Gestor

VALÉRIA CRISTINA ORSI

Assessora do Departamento de Promoção e Assistência Social

Fiscal



988135

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

# ANEXO I TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04/2024 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 2024/07/005600

### TERMO DE REFERÊNCIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONCHAL ESTADO DE SÃO PAULO

DO: DEPTO. DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO:

1.1 Compreende o objeto deste certame a realização de convênio com Organização da Sociedade Civil para execução de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos - SCFV de crianças e adolescente de 6 a 17 apos.

#### 2. JUSTIFICATIVA:

- Considerando que o Municipio dispõe de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, aguardando atendimento;
- 2.2. Considerando que o Departamento de Promoção e Assistência Social não possui recursos humanos, fisicos e financeiros para ampliação dos serviços e atendimento da demanda existente;
- 2.3. Considerando a necessidade de prevenção e redução de situações de riscos vivenciados por crianças e adolescentes, através dos serviços socioassistenciais;
- 2.4. Considerando a necessidade emergente nos itens acima, a requerente, Departamento de Promoção e Assistência Social solicita a abertura de Credenciamento Público para formalização de convênio com Organização da Sociedade Civil (OSC), para ampliação e execução de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, a conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

#### 3. DESCRIÇÃO:

#### 3.1. QUANTITATIVO:

ITEM	QUANT.	UND	MODALIDADE	DESCRIÇÃO
1	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	A contratada deverá executar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos, en consonância com as orientaçõe técnicas da Tipificação Nacional do Serviços Socioassisteciais, atravé de oferta de oficinas de cidadania informática e orientação socia visando atender um público de at 100 crianças e adolescentes cor idade entre 06 a 17 anos encaminhados pela Rede de Proteção Social Básica e especial di Município.

4. EXIGÊNCIAS:

4.1 Apresentar-se de acordo com as normas vigentes;

4.2 Acolher por demanda encaminhada e/ou validada pela equipe do CRAS;

Rua Francisco Ferreira Alves nº 364 – Centro – Conchal SP – CEP: 13835-000 Telefone (19) 3866-8600 e-mail: compras@conchal.sp.gov.br 1

A A





#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONCHAL ESTADO DE SÃO PAULO

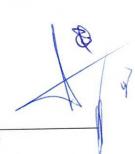
- 4.3 Encaminhar as informações do atendimento ao Gestor municipal de Assistência Social;
- 4.4 Fica o Centro de Referência de Assistência Social CRAS, através de técnico responsável designado, autorizado a acompanhar o atendimento institucional, solicitar informações sobre o atendimento do acolhido;
- 4.5 Em hipótese alguma será aceito objeto em desacordo com o termo de referência.
- 4.6 A empresa contratada para o fornecimento do material/serviço constante no item 3.1 deverá estar em dia com a qualificação econômica financeira e regularidade fiscal da empresa conforme relação abaixo (links):
- 4.7 Prova de inscrição no CNPJ da empresa -- Cartão CNPJ;
- 4.8 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Divida Ativa da União – DAU por elas administrados.
- 4.9 A certidão a que se refere ao item 4.6.2. não obsta a emissão de certidão com finalidade determinada, quando exigida por Lei, relativa aos tributos federais e à Divida Ativa da União.
- 4.10 As certidões de prova de regularidade fiscal emitidas nos termos do Decreto nº 8.302, de 04 de setembro de 2014; e da Portaria Conjunta (Receita Federal do Brasil RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN) nº 1.821/2014 têm eficacia durante o prazo de validade nelas constante.
- 4.11 A Prova de regularidade dos tributos federais e do INSS (certidões individuais), se emitidas antes do dia 03/11/2014, mas dentro dos periodos de vigência nelas indicados, serão aceitas.
- 4.12 Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Estaduais inscritos em Dívida Ativa), do domicílio ou sede do licitante;
- 4.13 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF – Certificado de Regularidade do FGTS:
- 4.14 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1.470/2011.
- 4.15 Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- 4.16 Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais inscritos em Divida Ativa), do domicílio ou sede da empresa:
- 4.17 O fornecedor deverá solicitar a certidão municipal no órgão executivo do domicilio ou sede da empresa;
- 4.18 A certidão municipal deverá conter código de controle e ou verificador de autenticidade ou "QR Code" (Quíck ResponseCode) para consulta da veracidade da mesma;
- 4.19 A certidão municipal que não apresentar o solicitado no item supracitado deverá ser apresentada pelo fornecedor em via original e ou cópia autenticada em cartório.
- 4.20 A apresentação das certidões supracitadas é obrigatória para a emissão do Pedido de Empenho.
- 4.21 A empresa deverá ter prédio/serviço instalado no Municipio de Conchal para atendimento, gestão dos serviços prestados, bem como deverá garantir salas individuais e adequadas para cada tipo de oficina, considerando que podem ocorrer concomitantemente. Além das aulas adequadas para as oficinas, o espaço deve oferecer garantia de acessibilidade ao público atendido, dispor de sala de recepção, banheiros separados entre outras adequações visando o acesso dos usuários.
- 4.22 Em relação aos equipamentos e materiais pedagógicos: é de responsabilidade da empresa contratada dispor de no minimo 10 microcomputadores para execução das aulas de informática, bem como materiais de apoio para execução das oficinas de cidadania e orientação social, observando os eixos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos SCFV direcionado a crianças e adclescentes de 6 a 17 anos.

Que

Rua Francisco Ferreira Alves nº 364 - Centro - Conchal SP - CEP: 13835-000 Telefone (19) 3866-8600 e-mail: compras@conchal.sp.gov.br



P







#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONCHAL ESTADO DE SÃO PAULO

000008

- 4.23 O Serviço deverá ser prestado de Segunda a Sexta-Feira, em horários estabelecidos pelo Departamento de Promoção e Assistência Social, podendo de acordo com o Departamento efetuar alguma atividade quando solicitados em feriados ou finais de semana, ou em horários preestabelecidos.
- 4.24 Fica sob a responsabilidade da OSC a contratação de profissionais para execução das atividades dispostas neste termo (oficinas) bem como a disponibilização de técnico de nível superior, com formação em Serviço Social para acompanhamento das atividades e planejamento junto a Equipe.
- 4.25 A OSC deverá comprovar a capacidade técnica dos profissionais contratados por meio de Atestado de Capacidade Técnica oferecido por órgão ao qual já prestou serviços, comprovante de formação na área indicada para a realização da atividade ou declaração de experiência profissional. Deverá garantir ainda que o quadro de funcionários seja suficiente para suprir todas as demandas do público atendido.
- 4.26 A contratada deverá apresentar relatórios mensais ao Órgão Gestor para comprovação de número de atendidos, descrição das oficinas realizadas, conteúdo aplicado e resultados.
- 4.27 Na falta de profissional habilitado para determinada oficina, a contratada deverá substitui-la, desde que previamente justificado e autorizado pelo Departamento de Promoção e Assistência Social.
- 5. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:
- 5.1. Inicio da Prestação de Serviços deverá ser imediato a partir da formalização do convênio.
- FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO:
- 6.1. De acordo com a demanda da contratante, no período de vigência contratual de 12 meses, podendo ser aditado para até 60 meses.
- LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:
- A execução deverá ser realizada na sede da Instituição Prestadora de Serviços, ou local adequado, designado pela contratada no município de Conchal/SP.
- 8. GARANTIA/VALIDADE:
- A prestação de serviços deverá ser executada durante o período de 12 meses podendo ser prorrogado por até 60 meses, conforme necessidade e manifestação do órgão Gestor.
- 9. DAS AMOSTRAS:
- 9.1 Não se aplica
- 10. PESSOAL TÉCNICO:
- 10.1. Eliete Aparecida de Morais Janczur Assistente Social
- 11. FORMA DE PAGAMENTO:
- 11.1. Em até 30 dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada.
- RECURSO/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
- 12.1. A despesa decorrente correrá por conta da Dotação Orçamentária do Elemento relativo ao exercício de 2024(Anexo II), a saber:
- 12.1.1 nº 3.3.50.39.01.00.00 (163) (164) Fonte: Tesouro Proteção Social Básica Assistência Comunitária

Rua Francisco Ferreira Alves nº 384 - Centro - Conchal SP - CEP: 13835-000 Telefone (19) 3866-8600 e-mail: compras@conchal.sp.gov.br مس

8



#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONCHAL ESTADO DE SÃO PAULO

13. ATA REGISTRO DE PREÇOS:

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS:

14.1. -

RESPONSÁVEL/GESTOR: 15.

15.1. Kelly Cristina Lopes – Gestora15.2. Ângela Gregória Piccolli – Fiscal

Conchal, 30 de julho de 2024.

Ángela Spegória Piccoli Chefe da Divisão de Assistência Social Fiscal

Kelly/Oristina Lopes
Diretora do Departamento de Promoção e Assistência Social Gestora

Rua Francisco Ferreira Alves nº 364 – Centro – Conchal SP – CEP: 13836-000 Telefone (19) 3866-8600 e-mail: compras@conchal.sp.gov.br





JO 139

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

# ANEXO II TERMO DE *COLABORAÇÃO* Nº *04/2024*PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 2024/07/005600

#### **PLANO DE TRABALHO**



ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS



#### PLANO DE TRABALHO 2024

	1. DADOS CAD	ASTRAIS DA OSC			
RAZÃO SOCIAL DA OSC	ASSOCIAÇÃO	DE CARIDADE SÃO E	FRANCISCO DE ASSIS		
NOME FANTASIA DA OSC	ASSOCIAÇÃO	ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS			
CNPJ: 51.904.753.0001-62	1	DATA DA ABERT	URA CNPJ: 10/04/1985		
ATIVIDADE ECONÔMI (CARTÃO C		ASSOCIAÇÕES DE	TIVIDADES DE DEFESA DE DIREITOS CIAIS		
ATIVIDADE ECONÔMICA (CARTÃO CNPJ)	SECUNDÁRIA	ORGANIZAÇÕES A À CULTU 94.99-5-00 - ATIVI	ATIVIDADĖS DE SSOCIATIVAS LIGADAS JRA E À ARTE DADES ASSOCIATIVAS DAS ANTERIORMENTE		
ENDEREÇO:			Anger Pare 11 - 17 a		
RUA MINAS GERAIS, Nº 2	30, PARQUE INDUSTI	RIAL.			
CIDADE	UF	CEP	TELEFONE		
CONCHAL	SP	13836-172	(19) 38662207		
	E-M/	AIL:	15 3		
	saofranciscouss2	014@gmail.com			
CÓDIGO SUAS	Nº INSCRIÇÃO CMAS/VALIDADE	Nº INSCRIÇÃO CMDCA/ VALIDADE	N° INSCRIÇÃO CMDCA (OUTROS)		
61/2021	13/10/2024	13/10/2024	01/2024 JANEIRO Á DEZEMBRO		
CONTA-CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA PAGAMENTO		
28072-0	601	1790-6	BANCO BRASIL		

CNPJ: N 9 51.904.753/0001 - 62. Utilidade Pública Lei Municipal Nº 773/87 Rua: Minas Gerais, J30 - Parque Industrial - Conchal/SP, Tei.: (19) 3866-2207 E-mail: saofranciscoss/2014@gmail.com Out.

7





#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

## ACASFA O DE SACÃO DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - ACASFA

			1	
NOME DO REPI	RESENTANTE LEGAL		CARGO	
MARIA CECILIA	PRESIDENTE			
RG	ÓRGÃO EXPED	IDOR	CPF	
6.645.657-5	SSP/SP	SSP/SP		
ENDEREÇO RE	SIDENCIAL (RUA, BATI	RRO, N", ETC).		
RUA TRAVESS	A TIRADENTES, 207 -	CENTRO		
CIDADE		UF	CEP	
CONCHAL		SP	13835009	
E-MAIL			TELEFONE	
			(19) 99636-0947	

Nome do Representante	Legal		Cargo	
JUSSARA APARECIDA	ASSISTENTE SOCIAL			
RG/CI Órgão Expedidor			CPF	
8.546.052-7 SSP			017.477.488-10	
ENDEREÇO RESIDEN	CIAL (RUA, BAIRRO, N°,	ETC)		
RUA DAS INDÚSTRIAS	, N° 319 DISTRITO DE TU	JUGUABA		
CIDA	ADE	UF	CEP	
CONC	HAL	SP	13835000	
E-MAIL			TELEFONE	
Jugraci2011@gmail.com			(19) 99789-2262	

CNPJ: N.º \$1.904.753/0001-62. Utilidade Pública Lei Municipal Nº 723/87 Rua: Minas Gerais, 230 - Parque Industrial - Conchal/SP, Tel., (19) 3866-2207 E-mail: saofranciscoass/014@gmail.com 



#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



### ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSISOCIAÇÃO

NOME	CPF	RG	ESCOLARIDADE	CARGO
MARIA CECILIA FERREIRA DE MELO	823.504.188-04	6.645.657-5	SUPERIOR COMPLETO	PRESIDENTE
DIRCE SEBASTIANA DE CAMARGO SANTOS	253.888.598-19	32.035.395-3	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	VICE-PRESIDENTE
LILIANE BUENO DE OLIVEIRA	049.940.448-23	39.688.231.843	SUPERIOR COMPLETO	PRIMEIRA- SECRETÁRIA
ANA MARIA FERNANDES SOARES	171.980.938-09	25.808.164-8	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	SEGUNDA - SECRETARIA
JOAQUIM VIOLA	02165755832	14296819	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	PRIMEIRO TESOUREIRO
ANGELA APARECIDA MENDES MENOSSI	025.074.508-94	13,937.032-8	ENSINO MÉDIO COMPLETO	SEGUNDA TESOUREIRA
JOSÉ APARECIDO DA SILVA	049,940,448-23	16.332.576.385	FUNDAMENTAL COMPLETO	CONSELHO FISCAL TITULAR
APARECIDA DE LOURDES FERREIRA	017.405.068-20	19.572.151-2	ENSINO MÉDIO COMPLETO	CONSELHO FISCAL TITULAR
MARIA INÈZ DE OLIVEIRA	48402346804	31149418	SUPERIOR COMPLETO	CONSELHO FISCAL TITULAR
HELENA NOGUEIRA	090,580.948-39	15.126.093-X	FUNDAMENTAL COMPLETO	CONSELHO FISCAL SUPLENTE
MARIA HILDA DA SILVA SITELLI	137.316.558-88	23.747.715-4	ENSINO MÉDIO COMPLETO	CONSELHO FISCAL TITULAR
EDERALDO CITELLI	849.352.686-49	6.792.730	FUNDAMENTAL IMCOMPLETO	CONSELHO FISCAL

CNPJ: N.º 51.904.753/0001-62. Utilidade Pública Lei Municipal Nº 723/87 Rua: Minas Gerais, 230 – Parque Industrial – Conchal/52, Tel.: (19) 3866-2207 E-mail: saofranciscoass2014@gmail.com







### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



ÃO DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - ACASFA

#### 2. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A Associação De Caridade São Francisco de Assis (ACASFA), é uma associação civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com atuação nas áreas de Assistência Social, e na redução das Vulnerabilidades Sociais. Fundada em 23 de outubro de 1983, busca oferecer segurança, afeto e incentivo a todas as crianças, adolescentes e jovens inseridos na instituição. Com vasta experiência no Município de Conchal. Com a metodología de: Acolher, Educar e Inspirar os jovens a se tornar protagonistas. A ACASFA, ofertará atendimento no seguimento de Assistência Social, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência NOB/SUAS/2005 a NOB/RH/SUAS/2006, a tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais do SUAS/2009; e as orientações técnicas: do Centro de Referência da Assistência Social CRAS/2011, Lei 13.19/de 31 de iulho de 2014.

A instituição está instalada em sede própria e vem-se adequando para atender com qualidade a população usuária regulamentada pelo Marco Regulatório que embasa as atribuições da organização da sociedade civil e atende pré-requisitos normativos da ABNT9050. Com equipe devidamente preparada áreas de acesso, banheiros adaptados, superficie regular, lavável vaso sanitário adaptado para assegurar a todos os acessos. Além do espaço físico adequado, a instituição conta com recursos materiais e equipamentos específicos para atender a este público, a ACASFA possui uma televisão, bebedouro com água filtrada, 09 computadores, 02 impressoras, 04 notebooks, 01 data show, 01 caixa de som com tecnologia bluetooth, cozinha equipada com geladeira, fogão, armários e aparelhos domésticos, mesas no refeitório. O prédio é de alvenaria com salas de atendimento individual, sala de aula, recepção, sala de reunião, mobiliário necessário para execução dos trabalhos e pátio com capacidade para 50 pessoas, com 06 ventiladores. No total contamos com uma área construída de 300m.

#### 3. JUSTIFICATIVA

Associação São Francisco de Assis observa atentamente que o mundo, passa por importantes transformações estruturais, econômicas e sociais. A cada segundo, paradigmas são quebrados, modelos do passado deixam de existir e novos desafios se apresentam nessa era da informação. O Projeto - "laboratório da inovação" oferece aos usuários das oficinas ferramentas para se obter aprendizado quanto à produção de midias, em especial o podeast e videos, para transmissão de assuntos relacionados à área social no eixo das Populações Vulneráveis. O projeto se faz através de encontros no formato presencial, todos os días, contando com atividades de orientação, promoção, prevenção e educação. A oficina de informática é um recurso que tem um grande potencial em estimular a imaginação dos alunos, seu conteúdo pode ser usado para reforçar e complementar em todas as áreas de aprendizagens, além de ser uma tecnologia alternativa bastante eficaz para ser utilizada na transmissão de informações e cooperar de forma efetiva no processo de ensino e aprendizagem na educação social, Oficina mediadora de leitura, que embasam as necessidades e características do ciclo metodológico da ACASFA: Acolher, Incluir e Educar. Sendo também corresponsável com o desenvolvimento sustentável de cada aluno/a, promovendo sua função protetiva, garantindo o acesso aos direitos sociais, possibilitando a redução das designaldades, a partir da comunicação em ambientes virtuais que são fundamentais para o contexto da sociedade global para os alunos inseridos nas oficinas ofertados na instituição. Para isso o Projeto organiza sua ação em quatro (04) módulos que pretende promover convivência social e a participação cidadã. O Projeto será operacionalizado com atividades lúdicas, artesanais e brincadeiras, atividades culturais, dança e música. Para tanto todas as atividades terão caráter formativo e informativo, garantindo diálogo e reflexão, nos direitos das crianças e adolescente, autoestima, combate à violência e discriminação social.

> CNPJ: N.# S1 904.753/0001-62. Utilipade Publica Lei Municipal NF 773/87 us: Minas Geras, 230 - Parque industrial - Contab/Sp. Tel.; (19) 3866-220. E-mail: -potranels/poss2014@gmail.com

000/42





### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



## ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE A QUO QÃ

4. DESCRIÇÃO DO PROJETO	disconsituations of the second	constant disconsinual sur Surpeila
4.1. Título do Projeto	4.2. Período de Execução	
Serviço de conveniência e fortalecimento de vínculos - SCFV	INÍCIO: JANEIRO/2024	FIM: DEZEMBRO/2024
4.3. Identificação da Ação e Capacidade de	Atendimento	
Atenção básica as familias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social e fortalecimento de vínculos.	N° DE BENEFICIÁRIOS MÉ VALOR MENSAL PREVIST VALOR ANUAL PREVISTO	

#### 4.4. Diagnóstico da Realidade

Conchal è um município que possuí em torno de 30.000 habitantes, a principal fonte de renda da maioria da população vem da agricultura, colheita de laranja. No entanto, a atividade econômica do município se diversificou nos últimos anos, a agricultura, pecuária, indústria, comércio e prestação de servicos.

De economia parcialmente dependente da agricultura, enfrenta vários problemas sociais, devido à migração de pessoas oriundas do norte do estado de Minas Gerais, sul da Babia e demais estados do nordeste brasileiro, que vé na região uma oportunidade de trabalho, no corte da cana-de-açúcar e colheita de laranja. Contudo, com a crise na colheita de laranja, consequente a diminuição da oferta de emprego e o trabalhador sem capacitação, para inserção no mercado industrial. Esse cenário diminuí a qualidade de vida da população que vivem em núcleos sem planejamento, estando sujeitos a estruturas precárias de baixa qualidade. Nesse contexto é mais provável a manifestação de violências. Portanto a ACASFA, presta serviço de suma relevância para o município de Conchal. Tendo em vista que pesquisas apontam para uma população de 50% que apresenta um rendimento de 01 a 02 salários-minimos e na atualidade, pos Pandemia a comunidade vem reagindo ao novo normal reaprendendo e adaptando a essa realidade, com a economia ainda em processo de desenvolvimento e com retração dos empregos inúmeras famílias vêm vivendo com apoio dos beneficios assistenciais, e com a perda de postos de trabalho, aumentando a vulnerabilidade pessoal e territorial. Diante da realidade descrita acima observamos os fatores de vulnerabilidade e riscos vivenciados por essa pópulação local, sendo de extrema importância garantir a continuidade de ações que visam serviços continuados de proteção social básica as familias e indivíduos em situação de riscos e pobreza extrema.

#### 4.5. Objetivo Geral

Voltar atenção para reduzir as vulnerabilidades sociais e se tornar corresponsáveis por um futuro sustentável. Para crianças, adolescentes, jovens e educandos.

#### 4.6. Objetivos Específicos

Fortalecer a convivência com a família e com a comunidade, trabalhar na prevenção das diversas vulnerabilidades, promovendo o desenvolvimento humano e prepará-los para novos desafios do mercado de trabalho, possibilitando assim um futuro estruturado com sustentabilidade econômica e social.

#### 4.7. Metodologia

O serviço, e atendimentos, serão de segunda a sexta no horário das 8h às 16h, em periodos alternados.

As aulas de Informática levarão em conta as caraterísticas peculiares de cada aluno, serão ministradas com apostilhas e explicações passo a passo com apoio de material de midia. Com os módulos de Introdução a Informática. Windows, Microsoft Word, Microsoft Excel, Microsoft Power Point, interatividade com a internet, construção das regras de uso do laboratório juntos a orientadora educacional e alunos e técnico responsável, elaboração de material temático das datas comemorativas e a importância de ressignificar e quais os desafios de celebrá-las adequadamente.

Oficinas de Fortalecimento de vínculos e Cidadania: Tem por objetivo oferecer aos alunos a oportunidade de trabalharem juntos, na instituição, valores e capacidade de liderança e de integridade pessoal; incentivar e por em prática o espírito de altruísmo e de ajuda ao próximo, ensina valorizar os direitos, dar ênfase à

CNPJ: N. § \$1,904.753/0001-62: Utilidade Pública Lei Municipal Nº 723/87 Rua: Minas Gerals, 230 - Parque Industrial - Conchat/SP Tel.: (19) 386C-2207 E-mail: sapfranciscuas-2014@gmail.com









#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



## ÃO DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - ACASFA

responsabilidade pessoal e trabalhar em grupo; reconhecer a dignidade e o mérito de todas as ocupações. Cada aluno será explorado em sua potencialidade e canalizar nas ações proposta da oficina. RODA DE CONVERSAS E REUNIÕES EM GRUPO:

A roda de conversa é um método bastante utilizado, seu objetivo é de aprendizado coletivo, sendo instrumento importante para estimular o aprender com o outro e partir do outro. O desenvolvimento da oralidade é dado pela própria conversa e quanto mais conversa melhor. É um instrumento de construção do diálogo que permite a todos a possibilidade do aprender em conjunto, e proporciona maior integração com o objeto em foco, trabalharemos com essa ferramenta para abordar temas pertinentes e socioeducativos com alunos e pais na prevenção das múltiplas violências.

AULA DE ARTESANATO: Tem por objetivo dar oportunidade para aprendizagem em artesanato diversos, de acordo com o interesse e potencialidade do aluno.

Refeições, dentro da segurança alimentar, e que atenda às necessidades e períodos, assistidos.

	8. CRONOGRAMA DE					
INFORMÁTICA						
Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira		
Manhã: 08h00min às 11h00min	Manhā: 08h00min às 11h00min	Manhā: 08h00min às 11h00min	Manhã: 08h00min às 11h00min	Manhã: 08h00min às 11h00min		
Tarde: 13h00min ås 16h00min	Tarde: 13h00min ås 16h00min	Tarde: 13h00min ås 16h00min	Tarde: 13h00min às 16h00min	Tarde: 13h00min às 16h00min		

META(S)	INDICADORES QUALITATIVOS	INDICADORES QUANTITATIVOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Integrar, ampliar e fortalecer as ações de políticas públicas voltadas para gestantes na primeira infância e suas famílias	Visitas domíciliares, com atividades voltadas para o desenvolvimento integral da criança e estimulação do desenvolvimento infantil	60 % de aproveitamento	Plano de atividade desenvolvida para cada faixo etària
Por ser a primeira infância marcada por importantes aquisições físicas, cognitivas, emocionais e sociais	Reforçar o aprendizado e o desenvolvimento humano com atividades dinâmicas de forma lúdicas	60 % de aproveitamento	Acompanhando através das visitas domiciliar semanal Registro no sistema EPCF
Reduzir a desígualdade social	Os impactos vão além das crianças alcançando os responsáveis pelo cuidado diário. Além de suas famílias, suas comunidades e toda a rede de proteção social tornando assim uma qualidade de vida sustentável Trabalho de conscientização para o futuro	60 % de aproveitamento	Através de visitas, relatórios fotográfias Registro no sistema EPCF

CNPJ: N.º 51.904.753/0001- 62. Utilidade Publica Lei Municipal Nº 723/87 Rua: Minas Gerais, 230 - Parque Industrial - Conchat/SP, Tel.: (19) 3866-2207 E-mail: saofranciscisass2014@gmail.com



Rua

Francisco Ferreira Alves nº 364 – Centro – Col Telefone (19) 3866-8600

Conchal SP - CEP: 13835-015





### ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - ACASFA

#### 6. ACÕES ANUAL DE ATIVIDADES

- Atividades com temas de datas comemorativas
- √ Janeiro Inscrição dos cursos Fevereiro - Início das Aulas
- Marco: Gincana camaval
- Comemoração do dia das mulheres, poema e lembrancinha para reuniões e mães de alunos.
- (ação desenvolvida com a comunidade) sortejo na reunião mensal, de pais
- Abril: Trabalhar o conceito de Páscoa e Dia do município
- Maio: Visita em empresa, conhecer trabalho e desenvolvimento (semana do dia do Trabalho).
- Mês das mães, confecção de lembrancinhas e comemoração
- Junho: Festa Junina
- Finalização do curso de informática, primeiro semestre.
- Inscrições para segunda turma de Informática
- √ Julho: Inicio semestre Informática
- ✓ Agosto Dias dos pais, confecção de lembrancinhas e comemoração
- Setembro: Independência do Brasil atividades relacionadas
- Outubro: Dia das crianças atividades fora da sede
- √ Novembro: Proclamação da república atividades relacionadas
- ✓ Dezembro: Natal, Confraternização, encorramento das atividades.

#### CRONOGRAMA ANUAL DE ATIVIDADES - 2024

(X) Procura espontânea (X) Encaminhamentos da rede socioassistencial Formas de Acesso (X) Encaminhamentos de outras políticas setoriais (X) Encaminhamentos dos Sistemas de Garantia de Direitos e de Justiça

#### MÊS: DE JANEIRO A JULHO / 2024

### TEMA: INCLUSÃO SOCIAL - LABORATÓRIO DE ENOVAÇÃO

	Atividades	Público Alvo	Objetivo	Responsável	Observações
JANEIRO	Inscrição dos cursos Contratação de funcionários	Crianças, adolescentes e jovens adultos.	Divulgar e inscrever interessados.		Iniciamos com a divulgação através das redes sociais e inscrições para vagas de aulas de informática.
FEVEREIRO	Inicio das atividades	Crianças, adolescentes e	Início dos cursos	Monitor	Oficinas de cidadania

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONCHAL ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: N. 9 S1 904 753/0001-62. Utilidade Pública Lei Municipal Nº 723/87 Rua: Minas Gerais, 230 - Parque Industrial - Conchal/SP. Tel.: (19) 3866-2207

Rua Francisco Ferreira Alves nº 364 – Centro – Conchal SP – CEP: 13835-015
Telefone (19) 3866-8600



#### ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - ACASFA

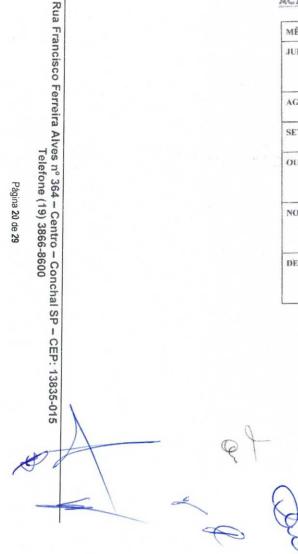
		adultos.	propostas		Elaboração do reforço para alunos do curso, e de crianças encaminhadas de outros projetos.
MARÇO	Gincana – carnaval Comemoração dia das mulheres, poema e lembrancinha para reuniões com mães de alunos. (ução desenvolvida com a comunidade) pedido de prenda, para sorteio na reunião mensal, de pais.	Alunos que iniciaram no curso, familiares, comunidade em geral.	Trabalhar a cidadania juntamente com a capacitação	Moniter.	Divulgação de ações com proposta de inserção da comunidade, como colaboradores para projeto.
ABRIL	Trabalho de pesquisa com os iemas Tiradentes Descobrimento do Brasil Dia do Município.	Alunos que iniciaram nos cursos de informática.	Trabalhar a cidadania juntamente com as capacitações. Participar do desfile.	Monitor.	Divulgação de ações com proposta de inserção da comunidade, como colaboradores para projeto.
MAIO	Visita em empresa, conhecer trabalho e desenvolvimento (semana do día do Trabalho) Comemoração do día das mães, tembrancinha dos alunos para as mães.	Alunos, pais e responsáveis, comunidade.	Marear visita em uma empresa conhecida, para conhecer o mercado de trabalho. Como atividades na semana do dia do trabalho.	Toda equipe de funcionários	Focar no futuro, meu primeiro emprego, sonhos e metas das crianças e adolescentes.
JUNHO	Festa Junina Finalização do curso de informática, primeiro semestre. Inscrições para segunda turma de Informática	Alunos	Confraternização com festa junius, para término do curso – primeiro semestre. Iniciar inscrições para segunda turma de Informática	Toda equipe de funcionários	Avaliação e monitoramento do projeto, melhorias para segundo semestre.

CNPJ \*\* 9 51.904.753/0001- 62. Utilidade Pública Lei Municipal Nº 723/87 Rs. linas Gerais, 230 - Parque Industrial - Conchal/SP, Tel.; (19) 3865 C-mall: saofranciscoass/2014@gmail.com



0000018

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONCHAL ESTADO DE SÃO PAULO





### ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - ACASFA

MÊS: DE JULH	IO A DEZEMBRO / 2024		TEMA: INCLUSÃO SOCIAL - MUDANÇA DE OLHAR				
JULHO	Início semestre — Informática	Crianças e Adolescentes da comunidade / encaminhado de outros projetos / escolas	Início as atividades propostas	Assistente Social e Monitor	Ampliação do número de alunos.		
AGOSTO	Días dos pais, lembrancinha comemoração.	Alunos, pais e responsáveis	Lembrancinha dos dias dos pais	Toda equipc de funcionários.	Roda de conversa com os alunos.		
SETEMBRO	Independência do Brasil – atividades relacionadas	Alunos	Aprendizado	Monitor	Reforçar a importância do conhecimento da história do Brasil.		
OUTUBRO '	Dia das crianças - atividades fora da sede (Cinema ou passeio)	Alunos e Equipe funcionários	Proporcionar um dia especial, em comemoração ao dia das crianças	Foda equipe de funcionários	Organizar com antecedência, com possibilidade das criacças fazerem atividades fom da sede, com apoio da Prefeitura Municipal, país, responsáveis e comunidade.		
NOVEMBRO	Proclamação da República, atividades relacionadas	Alusos	Atividades complementares relacionados ao tema.	Monitor	Focar no aprendizado,		
DEZEMBRO	Natal, confraternização, encerramento dos cursos do segundo semestre.	Equipe de funcionários, alunos, pais e responsáveis, Diretoria e convidados.	Finalização dos cursos, confraternização.	Toda equipe de funcionários	Finalização do Projeto.		

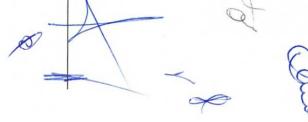


DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONCHAL ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ; N.F 51 904.753/0001-62. Utilidade Pública Lei Municipal Nº 723/87 Rua: Minas Geras, 230 - Parque Industrial - Conchal/SP. Tel. (19) 3855-2207 F-mail: saofranciscoass2014@gmail.com



Rua Francisco Ferreira Alves nº 364 – Centro – Conchal SP – CEP: 13835-015 Telefone (19) 3866-8600





ASSOCIAÇÃO	DE CARID	ADE SAO FI	RANCISCO	DE ASSIS - ACASEA

O DE APLICAÇÃO							
OS HUMANOS							100
PERÍODO		FONTE D	E RECURSO		BENEI	FÍCIOS	
JANEIRO À DEZEMBRO DE 2024			ICIPAL	MENSAIS			
FUNÇÃO	SALÁRIO	VINCULO	FORMAÇÃO	CESTA BÁSICA	FÉRIAS	130	ENCARGOS MENSAIS
ASSISTENTE SOCIAL	RS 2.075,00	CLT .	SERVIÇO SOCIAL	R\$ 180,00	R\$ 2,765,33	RS 2.075,00	R\$ 695,12
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	R\$1.800,00	CLT	ENSINO MÉDIO COMPLETO	R\$ 180,00	R\$ 2.400,00	RS 1.800,00	RS 603,00
AUXILIAR GERAL	RS 1.514,41	CLT	ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 180,00	RS 2.019,21	R\$ 1.514,41	RS 507,32
MONITOR	RS 1.800,00	CLT	ENSINO MEDIO COMPLETO	RS 180,00	R\$ 2.400,00	RS 1.800,00	RS 603,00
MONITOR	RS 1.500,00	MEI	ENSINO MÉDIO COMPLETO	XXX	xxx	xxx	XXX
MONITOR	RS 1.500,00	MEI	ENSINO MÉDIO COMPLETO	xxx	xxx	xxx	xxx
	FUNÇÃO  ASSISTENTE SOCIAL  AUXILIAR  ADMINISTRATIVO  AUXILIAR GERAL  MONITOR	PERÍODO RO À DEZEMBRO DE 2024  FUNÇÃO SALÁRIO  ASSISTENTE SOCIAL RS 2.075,00  AUXILIAR ADMINISTRATIVO RS 1.800,00  AUXILIAR GERAL RS 1.514,41  MONITOR RS 1.500,00  MONITOR RS 1.500,00	PERÍODO FONTE D RO À DEZEMBRO DE 2024 MUN  FUNÇÃO SALÁRIO VINCULO  ASSISTENTE SOCIAL RS 2.075,00 CLT  AUXILIAR ADMINISTRATIVO RS 1.800,00 CLT  MONITOR RS 1.800,00 CLT  MONITOR RS 1.500,00 MEI	PERÍODO FONTE DE RECURSO  RO À DEZEMBRO DE 2024 MUNICIPAL  FUNÇÃO SALÁRIO VINCULO FORMAÇÃO  ASSISTENTE SOCIAL RS 2.075,00 CLT SERVIÇO SOCIAL  AUXILIAR ADMINISTRATIVO RS 1.800,00 CLT ENSINO MÉDIO COMPLETO  AUXILIAR GERAL RS 1.514,41 CLT ENSINO MEDIO COMPLETO  MONITOR RS 1.800,00 CLT ENSINO MEDIO COMPLETO  MONITOR RS 1.500,00 MEI ENSINO MÉDIO COMPLETO  MONITOR RS 1.500,00 MEI ENSINO MÉDIO COMPLETO  MONITOR PS 1.500,00 MEI ENSINO MÉDIO COMPLETO	PERÍODO         FONTE DE RECURSO           RO À DEZEMBRO DE 2024         MUNICIPAL           FUNÇÃO         SALÁRIO         VINCULO         FORMAÇÃO         CESTA BÁSICA           ASSISTENTE SOCIAL         RS 2.075,00         CLT         SERVIÇO SOCIAL         RS 180,00           AUXILIAR ADMINISTRATIVO         RS 1.800,00         CLT         ENSINO MÉDIO COMPLETO         RS 180,00           AUXILIAR GERAL         RS 1.514,41         CLT         ENSINO MEDIO COMPLETO         RS 180,00           MONITOR         RS 1.800,00         CLT         ENSINO MEDIO COMPLETO         RS 180,00           MONITOR         RS 1.500,00         MEI         ENSINO MÉDIO COMPLETO         XXX           MONITOR         RS 1.500,00         MEI         ENSINO MÉDIO COMPLETO         XXX	PERÍODO         FONTE DE RECURSO         BENEID           RO À DEZEMBRO DE 2024         MUNICIPAL         MEN           FUNÇÃO         SALÁRIO         VINCULO         FORMAÇÃO         CESTA BÁSICA         FÉRIAS           ASSISTENTE SOCIAL         RS 2.075,00         CLT         SERVIÇO SOCIAL         RS 180,00         RS 2.765,33           AUXILIAR ADMINISTRATIVO         RS 1.800,00         CLT         ENSINO MÉDIO COMPLETO         RS 180,00         RS 2.400,00           AUXILIAR GERAL         RS 1.514,41         CLT         ENSINO MEDIO COMPLETO         RS 180,00         RS 2.019,21           MONITOR         RS 1.800,00         CLT         ENSINO MEDIO COMPLETO         RS 180,00         RS 2.400,00           MONITOR         RS 1.500,00         MEI         ENSINO MÉDIO COMPLETO         XXX         XXX           MONITOR         PS 1.500,00         MEI         ENSINO MÉDIO         XXX         XXX	PERÍODO         FONTE DE RECURSO         BENEFÍCIOS           RO À DEZEMBRO DE 2024         MUNICIPAL         MENSAIS           FUNÇÃO         SALÁRIO         VINCULO         FORMAÇÃO         CESTA BÁSICA         FÉRIAS         13°           ASSISTENTE SOCIAL         RS 2.075,00         CLT         SERVIÇO SOCIAL         RS 180,00         RS 2.765,33         RS 2.075,00           AUXILIAR ADMINISTRATIVO         RS 1.800,00         CLT         ENSINO MÉDIO COMPLETO         RS 180,00         RS 2.400,00         RS 1.800,00           AUXILIAR GERAL         RS 1.514,41         CLT         ENSINO MEDIO COMPLETO         RS 180,00         RS 2.019,21         RS 1.514,41           MONITOR         RS 1.800,00         CLT         ENSINO MEDIO COMPLETO         RS 180,00         RS 2.400,00         RS 1.806,00           MONITOR         RS 1.500,00         MEI         ENSINO MÉDIO COMPLETO         XXX         XXX         XXX

CNPJ: \*) ? 51.904.753/0001-62. Utilidade Pública Lei Municipal Nº 723/87 Ru. Jinas Gerais, 230 - Parque Industrial - Concha/5P. Ter.: (19) 3866-17 E-mail: sanfranciscoass/014@gmail.com



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONCHAL ESTADO DE SÃO PAULO





#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

CNP1: Ni s S1.904.753/0001-62. Urdidade Públice Let Municipal Ni 723/87 Sua: Minas Gereis, 230 - Parore inclusival -- Concha/52 - Tel: (19) 3665-2207 Email: sofranciscoas(2014@§8nal.com

	7.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO	AS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO
	ORIGEM DOS RECURSOS: - MUNICIPAL	DS: - MUNICIPAL
CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA (8)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO (RS)	ESPECIFICAÇÃO
RECURSOS HUMANOS (5)	RS 138.600,60	MENSALISTAS FUNCIONÁRIOS – ASSISTENTE SOCIAL, AUXILIAR DE ESCRITÓRIO, MONITOR, PROFESSOR, SECRETÁRIA ENCARGOS CELETISTA – FGTS PIS INSSN – HORA EXTRA
RECURSOS HUMANOS (6)	RS 56.540,00	PAGAMENTOS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS: MONITORES, PROFESSOR
GÉNEROS ALIMENTÍCIOS	P.S. 18.000,00	CARDÁPIO ALIMENTAR
OUTROS SERVIÇOS DE	RS 36.460,00	
OUTROS MATERIAIS DE	RS 20.000,00	MATERIAIS DE LIMPEZA ESCRITÓRIO, MATERIAL DIDÁTICO, MATERIAL DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO TELHADO
LOTTE DATES PÉRETCAS (7)	RS 12.000,00	ENERGIA ELETRICA, INTERNET, ÁGUA, GÁS
BENS E MATERIAIS PERMANENTES	RS 19,000,00	(02) BEBEDOURO INDUSTRIAL-RS 4.096,00; (01) ANTENA PARABÓLICA-APARELHO-RS 1.690,00; AR CONDICIONADO: RS 2.509,00; ARMARIO DE COZINHA PAREDE: RS 2.506,00; ARMARIO EMBAIXO DA PIA DE COZINHA (BLINDEX): RS 2.006,00; MÁCUINA DE PERSSÃO VAP: RS 1.26,00: 30 MERISOS MANGUEIRA PARA JARDIM: RS 1.96,09; IMPRESSORA EPSON MOD: L6171: RS 1.690,00; QZ COMPUTADORES: RS 4.960,00
TOTAL	RS 300,000,00	
	The second secon	

ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - ACASFA

Our I

Rua Francisco Ferreira Alves nº 364 – Centro – Co Telefone (19) 3866-8600

Conchal SP - CEP: 13835-015



### ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - ACASFA

#### 8. CAPACIDADE INSTALADA

O Projeto Mudança de Olhar, é um projeto permanente voltado para crianças e adolescentes (e adultos de todos os gêneros), que está disponível em horário comercial para toda à comunidade. Os cursos disponibilizados terão duração de 06 meses e de 01 ano. Após o término será iniciado novas ctapas com novos alunos. Cada turma contará com 15 alunos. O projeto terá além das questões citadas acima, alimentação todos os dias, atividades recreativas e passeios culturais; como forma de criar estímulos para a permanência dos alunos no

TIPO DE RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS	QUANTIDAD	DESCRIÇÃO DO USO NO SERVIÇO
Sala Administrativa	01-	Rotinas Administrativas, Financeiras, Relatórios.
Sala de Informática	01	Uso para tarefas escolares das crianças, propostas de oficinas.
Sala de Atendimento	01	Realizar atendimentos garantindo o sigilo e privacidade do usuário
Banheiro Feminino	01	Uso das crianças durante a permanência no espaço.
Banbeiro Masculino	01	Uso das crianças durante a permanência no espaço.
Cozinha Industrial	01	Preparação das Refeições e Oficina de Culinária.
Sala Oficina de Grupo com capacidade para 30 crianças	01	Oficinas de Arte Educação.
Sala para convivência com capacidade para 120 crianças	01	Oficinas de Dança, Capoeira e Espaço de Convivência.
Refeitório	01	Lanche das crianças.
Microcomputadores	10	Oficinas em que se utiliza a sala de informática, pesquisas, etc.
Notebooks	03	Planejamento, Relatórios, Avallações e Rotinas Administrativas.
Impressoras	02	Impressões de atividades, relatórios e demais documentos pertinentes.
Armários	04	Organização dos materiais e documentos.
Arquivo	03	Armazenamento das Fichas de Inscrições e Documentos das Crianças.

CNP1-\*\* 9 51.904.753/0001- 62. Utilidade Pública Lei Municipal Nº 723/87 Ru. Jimas Gerais, 230 - Parque Industrial - Conchal/SP. Tel. (19) 3866-E-mail: sepfranciscoass2014@gmail.com



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONCHAL ESTADO DE SÃO PAULO





#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS





9. CAPACIDADE TÉCNICA				
PERFIL E ATRIBUIÇÕES		n unusunca		
FUNÇÃO	FORMAÇÃO	TIPO DE VÍNCULO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
(01) ASSISTENTE SOCIAL	SERVIÇO SOCIAL	CLT	30 HORAS	RS 2.074,00
(01)AUXILIAR GERAL	ENSINO FUNDAMENTAL	CLT	40 HORAS	RS 1.514,41
(01)AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ENSINO MEDIO COMPLETO	cur	40 HORAS	RS 1.800,00
(01) MONITOR	ENSINO MEDIO COMPLETO	C.T.	40 HORAS	RS 1.800,00
(01)MONITOR	ENSINO MEDIO COMPLETO	CLT	40 HORAS	RS 1.800,00
(02)MONITOR	ENSINO MEDIO COMPLETO	MEI	20 HORAS	RS 1.506,00
		The real Property lies and the least lies and the lies and the least lies and the least lies and the least lies and the least lies and the lies and the least lies an		

CNP), N.§ 51.904,753,70001- 62. Udidade Pública Lei Municipal Nº 723/87 Ruer Benas Gerny, 230—Parque Indextrial—Conchal/Str. Tel.: (19) 3866-7207 E-mail: sanfrancicosxs/2014@@mail.com



ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - ACASFA

Rua Francisco Ferreira Alves nº 364 – Centro – Conchal SP – CEP: 13835-015 Telefone (19) 3866-8600



### ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - ACASFA

CONCEDENT	ENTE: MUNICIP	PAL					
META		MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06
MUNICIPAL	CUSTEIO	R\$ 25.000,00	R\$ 25,000,00	RS 25,000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25,000,00	R\$ 25,000,00
ESTADUAL	A CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR	X	X	X	Х	X	Х
FEDERAL		-X	X	· x	X	X	X
DOAÇÃO		χ	Х	X	X	X.	X
META		MÊS 07	MÉS 08	MÉS 09	MÉS 10	MÊS II	MÊS 12
MUNICIPAL	CUSTEIO	R\$ 25,000,00	RS 25.000,00	R\$ 25,000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25,000,00	R\$ 25.000,00
ESTADUAL		x	X	X	х	X	X
FEDERAL		Х	Х	X	X	X	Х
BOAÇÃO	······································	х	Х	x	X	X	X

#### 11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A equipe de apoio estará avaliando, com indicadores como: listas de presença, relatório mensal, assiduidade do aluno e monitor, desenvolvimento do aluno na própria sala de aula, fotos das atividades executadas e relatório de evolução do aluno.

Dentre os resultados esperados, busca-se adequar o trabalho para ensino de qualidade, inclusão digital e social, desenvolvimento pessoal, familiar e comunitário.









#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



ACASFA ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSISTADO

#### 12. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste Plano de Trabalho. Pede deferimento.

CONCHAL 26 de março de 2024.

Representante Legal:

Responsável Técnico do Projeto:

PRESIDENTE MARIA CECÍLIA FERREIRA DE MELO CPF:823.504.188-04

JUSSARA APARECIDA GRACI DE ARAÚJO **CRESS 7998** 

13. APROVAÇÃO	PELO CONCEDENTÉ	
Plano de Trabalho AP fiscal e dos aspectos ju		cnica <sub>,</sub> e comprovação da regularidade cadastral, da regularidade
Aprovado pela Secreta	ria Municipal de Conchal e	Comissão Técnica de Seteção
		Presidente da Comissão Técnica de Seleção
Secretário M. de A	ssistência Social	Presidente da Collinssao Fechica do Seleção
Aprovado pelo Chefe de	Poder Executivo	
de	de 20	Prefeito Municipal de Conchal

CNPJ: N.º S1 9(4.753/0001-62 Utilidade Pública Lei Municipal Nº 723/87 Rua: Minas Gerai, 230 - Parque Industrial - Conchal/SP, Tel. (19) 8866-2207 E-mail: saofranciscouss 2014@ppma2.com









#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

## ANEXO RP-09 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE COLABORAÇÃO)

ÓRGÃO/ENTIDADEPÚBLICO (A): PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL.
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: ASSOCIACAO DE CARIDADE SAO FRANCISCO DE ASSIS
TERMO DE COLABORAÇÃO N° (DE ORIGEM): 04/2024

**OBJETO:** Transferência de recursos financeiros a título de subvenção social, visando atendimento de crianças e adolescentes dentro do Município, através da execução de Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

EXERCÍCIO (1) 2024

ADVOGADO(S) / N° OAB / E-MAIL: JOÃO CARLOS GODOI UGO - OAB N° OAB/SP n° 214.822, e-mail: juridico@conchal.sp.gov.br

#### Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos, bem como os processos das respectivas prestações de contas, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico:
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução no 01/2011 do TCESP:
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://doe.tce.sp.gov.br/), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, bem como dos interessados, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s).

#### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber;
- c) Este termo corresponde à situação prevista no inciso II do artigo 30 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, em que, se houver débito, determinando a notificação do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar defesa ou recolher a importância devida:
- d) A notificação pessoal só ocorrerá caso a defesa apresentada seja rejeitada, mantida a determinação de recolhimento, conforme §1º do artigo 30 da citada Lei.

Conchal, 22 de agosto de 2.024.

#### AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Luiz Vanderlei Magnusson. Cargo: Prefeito Municipal. CPF: 021.657.878-74.

#### ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Luiz Vanderlei Magnusson. Cargo: Prefeito Municipal.

Cargo: Prefeito Municipal. CPF: 021.657.878-74.

#### AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: Maria Cecília Ferreira de Melo

Cargo: Presidente CPF: 823.504.188-04 35-015





#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE E/OU PARECER CONCLUSIVO:	
Pelo Órgão Público Parceiro:	
Nome: Luiz Vanderlei Magnusson.	
Cargo: Prefeito Municipal.	
CPF: 021.657.878-74.	
LUIZ VANDERLEI LUIZ VANDERLEI MAGNUSSON	
MAGNUSSON Dedos: 2024.08.22 15.04.05-03700* Versão do Adobe Acrobat Reader: 2024.08.22 1005	
Assinatura:	
Gestor:	
Nome: Kelly Cristina Lopes	
Cargo: Diretora do Depto de Assistência e Promoção Social	
CPF: 327.052.138-30	
Assingture	
Assinatura:	
First / V	
Fiscal:	
Nome: Valéria Cristina Orsi	
Cargo: Assessora do Departamento de Promoção e Assistência Social	
CPF: 275.333.308-46	
612	
Assinatura: Jale 200 Jan	
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE E/OU PRESTAÇÃO DE CONTAS:	
Pela Entidade Parceira:	
Nome: Maria Cecília Ferreira de Melo	
Cargo: Presidente	
CPF: 823.504.188-04	
( Quelog	
Assinatura:	
DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):	
Tipo de ato sob sua responsabilidade: Informação da dotação orçamentária	
Nome: Marcel Ribeiro Fadel	
Cargo: Diretor Financeiro	
CPF: 381.845.578-33	
<b>\\</b>	
Assinatura:	
Tipo de ato sob sua responsabilidade: Contadora do Órgão Concessor	
Nome: Michelle Oliveira Tagliaferro	
Cargo: Chefe Divisão de Contabilidade	i
CDE: 335 105 208 82	

Assinatura:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Emissão do Termo de Colaboração

Nome: Alex Cordeiro

Cargo: Diretor do Depto de Licitação

CPF: 343.426.028-67

Assinatura:

Rua Francisco Ferreira Aives nº 364 – Centro – Conchal SP – CEP: 13835-015 Telefone (19) 3866-8600



# 000156

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Parecer Jurídico

Nome: João Carlos Godoi Ugo
Cargo: Diretor Depto Jurídico
CPF: 253.166.908-69

Assinatura:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: responsável pelo setor de prestação de contas do município
Nome: Jara Coser Muller
Cargo: Oficial Administrativo
CPF: 368.645.928-04

Assinatura:

Que 1 d